CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 4082/90 - PROC. DRE-6-SUL nº 5590/90

INTERESSADA: ISABELA CRISTINA CARVALHO SILVA

ASSUNTO: Convalidação de matrícula de aluno

RELATOR: Consº APPARECIDO LEME COLACINO

PARECER CEE Nº 1107/90 - APROVADO EM 19/12/1990.

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

A direção do Colégio "Barão de Mauá", Ensino de 1º e 2º Graus e Suplência II vem solicitar a este Colggiado a convalidação da matrícula irregular, na 1ª série do 1º grau, em 1990, de Isabela Cristina Carvalho Silva, nascida aos 23 de janeiro de 1984, portanto, com 6 anos de idade.

Na ocasião da matrícula, a menor não tinha a idade mínima exigida pela legislação. "O fato se deu por falha administrativa, conforme justificativa da direção da escola, que, quando detectou o erro, encaminhou o expediente à DE de Mauá para regularização, uma vez que a aluna tem demonstrado capacidade e maturidade para freqüentar a 1ª série do 1º grau e vem acompanhando com facilidade a classel".

As autoridades ouvidas são favoráveis ao atendimento ao pedido.

Os autos estão instruídos com: ofício do Diretor, relatório da coordenadora da 1ª série, xerox da certidão de nascimento, parecer da DE de Mauá, despacho da DE, informação da DRE-6-SUL da COGSP e despacho do Chefe de Gabinete da SE.

2. APRECIÇÃO

Trata o presente processo de convalidação da matrícula de Isabel Cristina Carvalho Silva na 1ª série do 1º grau do Colégio Barão de Mauá, DE de Mauá - DRE-6-SUL, em 1990. A interessada nasceu em 23.01.1984.

Isabela, contando com 6 anos de idade, sem idade legal para frequentar a 1ª série foi matriculada, indevidamente, para o ano letivo de 1990, por falha administrativa da Escola.

Quando o erro administrativo foi detectado e, antes de se tomarem as medidas cabíveis, foram ouvidas as profªs da classe da aluna e a Coordenadora Pedagógica, que afirmaram estar Isabela acompanhando com facilidade a classe, demonstrando capacidade e maturidade perfeitamente normais em relação aos demais alunos.

O artigo 19 da Lei Federal nº 5692/71 no seu parágrafo

1º preceitua: "As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de 1º grau de alunos com menos de sete anos de idade".

O CEE, através da Deliberação nº 13/84, emitiu pronunciamento sobre a matrícula inicial na 1ª série do 1º grau, determinando: "Artigo 1º - Deverão matricular-se na 1ª série do 1º grau as crianças desde 7 (sete) anos completos ou que venham a completá-los até o dia marcado para o início do ano letivo no estabelecimento de ensino."

Artigo 3º - Poderão ainda matricular-se, excepcionalmente, na série de que trata o artigo 1º, crianças com idade inferior à prevista no artigo desde que a Escola, que pretende efetivar a matrícula, comprove a existência de vagas, após atendidos todos os pedidos das prioridades dos artigos anteriores".

"Parágrafo 1º - Os pedidos de autorização deverão ser apresentados pela Escola ao respectivo Supervisor de Ensino, instruídos com parecer favorável de especialista ou educador de reconhecida competência, até 15 (quinze) dias, contados de sua apresentação pela Escola.

Parágrafo 2º - O Supervisor de Ensino deverá decidir fundamentalmente sobre os pedidos de autorização, no prazo de 15 (quinze) dias, contados de sua apresentação pela Escola".

Mais uma vez, nota-se inobservância ao disposto em legislação vigente, que é flexível para atender casos de alunos com idade inferior a 7 anos, na 1ª série; apenas estabelece mecanismos não só para garantia de atendimento a todos os alunos de 7 (sete) anos completos, mas também para que a escolaridade antecipada da criança tenha cuidados de acompanhamento das autoridades que assinaram o ato de matrícula.

As autoridades da SE, considerando o bom aproveitamento da aluna, são pelo encaminhamento dos autos ao CEE, manifestando-se pela convalidação de matrícula e demais atos praticados pela escola, que acolhemos.

3. CONCLUSÃO

1. Convalida-se, em caráter excepcional, a matrícula de Isabela Cristina Carvalho Silva na 1ª série do Curso de 1º Grau, no ano letivo de 1990, no Colégio "Barão de Mauá", DE de Mauá, DRE-6-Sul, bem como os atos escolares dela decorrentes.

3. É fundamental que a DE de Mauá oriente suas escolas quanto às normas contidas na Del. CEE nº 13/84.

São Paulo, 31 de outubro de 1990.

a) Consº APPARECIDO LEME COLACINO
RELATOR

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de dezembro de 1990.

a) Consº JOÃO GUALBERTO DE CARVALHO MENESES
Presidente